

**ELA FALA, EU ESCUTO:
PREFIGURAÇÕES URBANAS DO DEVIR-MULHER**

*SHE SPEAKS, I LISTEN:
URBAN PREFIGURATIONS OF BECOMING-WOMAN*

*ELLA HABLA, YO ESCUCHO:
PREFIGURACIONES URBANAS DEL DEVENIR-MUJER*

Daniele Caron

daniele.caron@ufrgs.br

Bruna Bergamaschi Tavares

bruna.bt09@gmail.com

Bárbara Rodrigues Marinho

barbara.rodm@gmail.com

RESUMO

O texto investiga a narrativa como perspectiva teórico-metodológica para os estudos urbanos, abordando o relato de quatro narradoras de territórios periféricos de Porto Alegre sobre suas experiências cotidianas na luta pelo comum. A ruptura do regime de autorização discursiva da cidade universalizada e heteropatriarcal é operada através da visibilização de prefigurações narrativas em um processo de escuta, em que se revelam aspectos do trabalho produtivo/reprodutivo, dos processos de espoliação da mulher, da experiência do devir-mulher e da mobilização de um corpo-território que configura a margem como espaço de abertura radical. A partir do reconhecimento de outros dizeres-cidade refletimos sobre condições de possibilidade para uma configuração urbana aberta, flexível e consonante com a lógica do comum como composição de forças, corpos, trajetórias e memórias em permanente disputa.

Palavras-chave: Narrativa; Devir-mulher; Corpo-território; Comum.

ABSTRACT

This paper investigates a narrative as a theoretical-methodological perspective for urban studies, addressing the account of four narrators from Porto Alegre's peripheral territories about their daily experiences in the struggle for the common. The discursive authorization regime rupture of the universalized and heteropatriarchal city is operated through the visualization of narrative prefigurations in a listening process, in which aspects of productive/reproductive work, the women's spoliation processes, the becoming-woman experience, and the mobilization of a body-territory that configures the margin as radical opening space are revealed. Based on the recognition of other city-sayings, we reflected on the possible conditions for an open and flexible urban configuration, in line with a logic of the common as the composition of strength, bodies, trajectories, and memories in permanent dispute.

Keywords: Narrative; Becoming-woman; Body-territory; Common.

1. Introdução

Entendemos a cidade como um campo discursivo em permanente disputa. Esta disputa se dá de modo desigual, gerando formas, estruturas e dinâmicas urbanas que atendem a uma parcela muito específica da população: a cidade é pensada e desenhada para homens adultos, brancos, heterossexuais, de classe média a alta. Isso significa dizer que mulheres, crianças, idosos, negros, indígenas, pobres, entre tantos outros grupos em suas intersecções, não estão autorizados a dizer-cidade no que se refere ao ordenamento, planejamento e gestão urbana. Estes dizeres não autorizados pela norma hegemônica se prefiguram nas dobras da cidade; por vezes apresentam-se como gritos, outras vezes escapam como sussurros.

Nas lutas jurídicas pela ampliação de direitos civis, passando pela guerra enfrentada diariamente pela falta de água e luz, pela exploração no trabalho assalariado e doméstico e pela busca de educação para os filhos, até a luta pela autopreservação do próprio corpo diante dos assédios e violências no espaço privado e público, a mulher contemporânea confronta o dizer-cidade universal e patriarcal que se espacializa e se temporaliza na produção urbana coordenada pela lógica do capital. Esta escrita elaborada por três mulheres acadêmicas, e intermediada pelos relatos de quatro narradoras de bairros periféricos de Porto Alegre, convoca um dizer-outra cidade. Busca apresentar um devir-mulher reconhecendo a necessidade de tornarmos visíveis as diversas violências – históricas e cotidianas - contra o corpo-território da mulher.

De acordo com Veronica Gago (2020, p. 100 e 101) “devir-mulher é sair do lugar assinalado, descer da árvore familiar, escapar do mandato patriarcal” entendendo o devir como “processo do desejo”. Esse devir-mulher nos alerta sobre um processo de espoliação, para o qual ela aproxima então a expressão corpo-território, evocando a ideia de corpo como “matéria ampliada, superfície extensa de afetos, trajetórias, recursos e memórias” (GAGO, 2020, p.109) que se singulariza sempre *com* outros corpos. O corpo-território, constituído de diferenças e de coletividade, coloca em xeque o paradoxo da escassez-abundância com o qual trabalha o sistema político e econômico vigente no planeta, e nos posiciona ética e politicamente a favor da construção de um comum. Estabelece o corpo como “continuidade política, produtiva e epistêmica” (GAGO, 2020, p. 107), um corpo enquanto território que se enuncia por meio das infinitas redes de cuidado e apoio mútuo, estabelecidas pelas mulheres nas comunidades vulnerabilizadas do ponto de vista do direito à cidade.

O *modus operandi* dessa escrita parte de uma reflexão teórica sobre a narrativa como epistemologia baseada na experiência vivida, como lógica de pesquisa transgressora e fragmentária que pode dar a ver outros enunciados sobre a cidade como composição das diferenças. A espiral de mimeses de Paul Ricoeur - prefiguração, configuração e refiguração - que é aqui convocada, recupera a analogia feita pelo autor entre narrativa e arquitetura (RICOEUR, 2003), para defender a necessidade de uma rasgadura da configuração universalizante das cidades (REYES, CARON, CIDADE, 2020), baseada em

prefigurações de caráter heteronormativo e excludente. A ruptura do regime de autorização discursiva da cidade universal é operada através da visibilização de prefigurações narrativas de territórios-margem que emergem dos relatos das narradoras.

Na defesa da narrativa como perspectiva teórico-metodológica (ARFUCH, 2018) para os estudos urbanos, aproximamos uma reflexão sobre as condições de possibilidade para uma escuta descolonizadora, que advogue pelo saber situado na experiência urbana cotidiana incluindo as epistemologias feministas que falam do deslocamento de si em processo com o outro. Segundo Donna Haraway (1995), isso significa "argumentar a favor de uma doutrina e de uma prática da objetividade que privilegie a contestação, a desconstrução, as conexões em rede e a esperança na transformação dos sistemas de conhecimento e das maneiras de ver" (HARAWAY, 1995, p. 24). Para tanto destacamos a compreensão do outro a partir das abordagens de Morrison (2017) e de Kilomba (2019) e do reconhecimento do lugar de fala Ribeiro (2019) como modo de situar-se também no processo de pesquisa. A atenção aos aspectos da alteridade subjacentes aos processos narrativos busca convocar uma reflexão ético-política em torno de configurações urbanas que admitem as dissonâncias próprias dos territórios-margem da cidade contemporânea.

A seguir, apresentamos alguns conceitos da teoria feminista como as relações entre trabalho produtivo e reprodutivo (FEDERICI, 2017, 2019,2020), o corpo-território e os modos de espoliação (GAGO, 2020), a margem como espaço genereficado de invenção e resistência (KILOMBA, 2019), e o devir-mulher em luta que prefigura dizeres-cidade que podem deslocar os processos de configuração urbana para além da ordem cis-hetero-patriarcal, branca e burguesa. Queremos discutir o devir-mulher como um dizer-cidade a ser autorizado e ampliado, um enunciado que se compõe do compartilhamento da experiência entre sujeitos em sua fala-escuta, e que pode assumir o corpo e o afeto como parte de uma escrita comum das mulheres, mas também de outros grupos excluídos do direito à cidade.

A estes conceitos, intermediamos alguns relatos das narradoras no processo de fala-escuta com as pesquisadoras durante a realização de um projeto de monitoramento promovido pela Articulação por Direitos na Pandemia durante o ano de 2020. Parte dos resultados do monitoramento foram publicados no formato de vídeos-documentários, demonstrando os impactos da covid-19 nas periferias quatro capitais brasileiras.

Em Porto Alegre, desenvolvemos o vídeo-documentário a partir da realização das Oficinas de Narrativas Populares (ONP), onde, por meio de encontros virtuais com narradores dos territórios periféricos elencados no monitoramento, pudemos construir pontes entre os saberes situados na experiência urbana marcada pela exclusão social e ausência de direitos urbanos, e os saberes teóricos que vimos desenvolvendo sobre a narrativa nos estudos urbanos dentro do grupo de pesquisa .

Essa parceria do encontro-escuta e da produção de um material audiovisual, que operasse a favor do relato cotidiano e de sua potência como ferramenta de luta pelo direito à cidade e emancipação

social, se consolidou pela aproximação entre as mulheres. Os relatos que compõem este escrito são de mulheres pertencentes a diferentes comunidades: O Campo da Tuca e Morro da Cruz, no bairro Partenon se localizam na zona leste de Porto Alegre e são territórios bastante estigmatizados em relação a sua condição social e urbana; a Vila Liberdade e a Ocupação Zumbi dos Palmares estão localizadas a noroeste da cidade, em uma região denominada 4º Distrito de Porto Alegre, a qual é palco de disputa política e de um processo de gentrificação após anos de abandono. Esses territórios estão à margem da produção urbana hegemônica da cidade, vivendo cotidianamente processos de apagamento, silenciamento e opressão no que diz respeito aos seus direitos de existência.

Nosso aprendizado como pesquisadoras passa, então, por uma revisão constante do nosso lugar de fala, na tentativa de nos deslocar do centro para ampliar a voz dessas mulheres. Por outro lado, reconhecemos também a necessidade de compartilhar essa experiência, situando-a como um passo a mais na luta pelo reconhecimento do papel dessas mulheres na construção cotidiana da cidade, sobretudo nos espaços periféricos. Entendemos essa parceria como um processo em construção, no qual estamos atentas às diferenças que nos constituem como grupo branco, acadêmico e privilegiado, e à sororidade desejada para que as vozes feministas ecoem a ponto de resultarem em novas configurações da cidade contemporânea.

O protagonismo feminino nas periferias contemporâneas é fato, e não à toa vem emergindo cada vez mais nas reflexões teóricas sobre a cidade. Nesta experiência das ONP as questões de gênero aparecem como um atravessamento a ser legitimado. Os relatos das mulheres, ao mesmo tempo em que carregam camadas históricas de opressão, fazem emergir processos de resistência que devem ser reconhecidos como uma teoria da luta, a ser incorporada para avançar nas políticas públicas. Esta escrita busca, portanto, visibilizar o que se prefigura nas práticas cotidianas dessas narradoras - o trabalho produtivo/reprodutivo, a margem x centro, a experiência do devir-mulher em curso - a fim de enunciar possíveis pistas para configurações outras da cidade, abrindo sua estrutura, suas formas, funções e dinâmicas para a lógica de um corpo-território que leve em consideração as diferenças de gênero e suas interseccionalidades.

2. Prefigurando outros dizeres-cidade: refletindo criticamente sobre eu e o outro em processos de escuta

A busca por um pensar-fazer cidade nos coloca diante de alguns contornos da arquitetura que obedecem a práticas de projeto e planejamento urbano que tem no centro de sua atenção uma existência universal, instaurada através de processos de apagamento, rejeição e assujeitamento. Por um lado, cidades conformadas por paisagens urbanas do consumo, espetacularizadas, fundadas em processos de projeto autorais e autoritários. Cidades financeirizadas, projetos globalizantes, lógicas de projeto que homogeneízam hábitos, práticas e consequentemente desempenham um papel determinante no processo

de subjetivação capitalística (ROLNIK, 2018; PELBART, 2019) que domina o comportamento humano na contemporaneidade.

Estas paisagens denominadas por Raquel Rolnik (2019) como paisagens da renda, e por Francesc Muñoz (2008) como banalscapes, podem ser entendidas como uma narrativa hegemônica operada pela arquitetura e o urbanismo. Apesar dessa narrativa vir frequentemente pautada por conceitos tradicionalmente vinculados à democracia e ao respeito à multiplicidade de sujeitos - participação, diversidade, espaço público, etc -, observamos que a manipulação discursiva dos mecanismos de poder que coordenam a produção urbana e suas políticas de exclusão, vem utilizando estes conceitos a fim de sustentar o *status quo* de uma cidade possível apenas para os grupos social e economicamente privilegiados.

Por outro lado, temos as paisagens da precariedade, populações excluídas e, por vezes, alvo de políticas de extermínio, como é o caso da população negra na periferia, e das mulheres segundo os alarmantes índices atuais de violência e feminicídio no Brasil. São as paisagens da luta cotidiana, configuradas através das territorialidades liminares que desafiam as lógicas excludentes e universalizantes do projeto e do planejamento urbano. Entretanto, é nestas paisagens desatendidas pelo Estado neoliberal que se formulam práticas de resistência que incidem de modos diversos no espaço urbano. As redes comunitárias que se articulam de maneira mais orgânica costumam desenvolver práticas urbanas colaborativas, cujas narrativas cotidianas podem pautar novos modos de pensar e produzir a cidade.

Ricoeur (2003) desenvolve uma analogia entre arquitetura e narratividade que nos é útil para pensar esta configuração universalizante da cidade. O autor diz que a narrativa é para o tempo o que a arquitetura é para o espaço, uma operação configurante. Ricoeur (2003) explica a prefiguração como o relato cotidiano, antes de estabelecer-se como forma literária; na arquitetura estaria vinculado ao ato de habitar, como pressuposição do construir. Na configuração o tempo construído é o tempo relatado, o que encontra um paralelo no ato intervencionista do construir a partir da ideia de habitar. Finalmente a refiguração se refere ao ato de leitura, na arquitetura representa um habitar refletido que reformula a memória do construir.

O que nos interessa destacar aqui nessa analogia é o processo que vai da prefiguração à configuração. É na prefiguração que encontramos o habitar como composição de ritmos, pausas e permanências, ou seja, um sistema de gestos que gera o desejo de apropriar-se de determinado espaço-tempo. A partir desse sistema de gestos temos a tessitura da intriga, que estrutura essa mensagem polifônica da prefiguração e em seguida confere materialidade a esse habitar, uma estrutura inteligível e coerente que dá sustentação à vida naquele espaço-tempo. Esse todo coerente tem na refiguração, possivelmente, o próprio processo de subjetivação moldado pelas configurações existentes, ou seja, a realidade urbana material fundada em um sistema de gestos idealizado e excludente voltado para uma

existência universal desde o início da modernidade inviabiliza os modos de vida que não cabem nessa configuração.

Se, de acordo com Ricoeur (2003), é a partir da prefiguração, enquanto pré-compreensão relacionada ao sistema de gestos que compõe o agir humano em seus aspectos semânticos, simbólicos e temporais, que se instaura a tessitura da intriga como configuração entre elementos heterogêneos, então pode ser necessário voltar à pré-compreensão ali mesmo onde ela subjaz: na experiência cotidiana. Se a arquitetura e a cidade como um todo dizem mais de algumas existências em detrimento de outras há algo que não está funcionando no projeto e planejamento das cidades. Ao ampliarmos as prefigurações do habitar urbano em sua dissonância, convocamos uma tessitura possivelmente flexível, movente, cujas inteligibilidades sejam capazes de admitir as tensões entre injustiça e luta que performam o cotidiano dos territórios-margem.

Os processos de subjetivação hegemônicos e dominantes, alicerçados em sistemas coloniais e opressores, delimitam os contornos de uma arquitetura que exclui a diferença dos sujeitos, e essa configuração tem um papel ativo na manutenção dessa lógica de assujeitamento. Portanto, nos parece fundamental abrir as prefigurações: quais relatos, quais práticas cotidianas nessas paisagens da vulnerabilidade nos colocam diante de novas condições de possibilidade para configurar cidades? De que modo ajustar nossos processos de pesquisa para uma escuta outra, que faça emergir um tipo de conhecimento que abre brechas nas obsolescências da ciência urbanística?

A pesquisa desde a narrativa requer antes de tudo uma escuta atenta e disposição para com o outro (ARFUCH, 2018). Na busca pela escuta e visibilização de outras prefigurações da cidade que escapam à normatividade heteropatriarcal aproximamos as noções de alteridade e da relação com o outro em processos investigativos, de fundamental importância para o desenvolvimento das Oficinas de Narrativas Populares em 2020. Para narrar alguém deve estar à escuta, estabelecendo-se um encarar do eu e do outro. De maneira geral, dentro da tradição das pesquisas acadêmicas, se constituem relações de extrema assimetria e objetificação. Djamila Ribeiro (2019), a partir de Spivak (2010), adota o termo subalterno, trazendo à reflexão a experiência dos grupos que têm sua produção intelectual feita através das vozes e saberes dos grupos subalternizados.

Pela condição social hierárquica e não humanizada, desenvolvida na academia, é mantido e reforçado o lugar de silenciamento dos grupos subalternizados. Essa situação é amplamente observada e sentida nas lógicas de pesquisa, fundados por sua vez, em um processo exploratório-extrativista forjado na colonialidade dos seres e saberes. Contudo, para avançar em um processo de descolonização do saber, assumindo epistemologias fundadas na experiência vivida e além do paradigma eurocêntrico, é necessário um deslocamento de si e um posicionamento de si, constantes e contínuos.

Esse deslocamento pode se dar através da escuta ativa, e o posicionamento pode ser pensado através da nossa localização social, que segundo Ribeiro (2019) configura nosso lugar de fala. Pensar

em lugar de fala é uma maneira de “(...) refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social.” (RIBEIRO, 2019, p.64). Lugar de fala, portanto, é o reconhecimento de que partimos de lugares sociais diferentes e a compreensão de que as nossas experiências como mulher são diferentes das experiências das mulheres com quem aqui dialogamos.

A autora nos lembra que esse reconhecimento se faz essencial para não legitimar discursos excludentes e não invisibilizar outras formas de ser mulher no mundo. Ou seja, ao tomar consciência de que pertencemos a um grupo que tem como prática o silenciamento de outros grupos, que se constitui através da vantagem de criar e sustentar o outro (MORRISON, 2017), devemos adotar um pensamento crítico sobre nossa posição social.

Morrison (2017) debate o cuidado que é preciso ter ao falarmos sobre aquele/a que é diferente de nós: “quando falamos ou escrevemos sobre o estrangeiro, o forasteiro, o Outro, devemos ter em mente o que significa essa relação” (MORRISON, 2017, p.48.) Nesse sentido, é importante compreender que ocupar o lugar do centro ou da "normalidade" significa diferenciar-se do outro, uma vez que o risco de sentir empatia pelo estrangeiro seria a possibilidade de se tornar estrangeiro, perdendo o status e a diferença valorizada e idealizada. A autora traz a linguagem como elemento de dissolução dessas distâncias:

A linguagem (dizer, escutar, ler) pode incentivar, ou mesmo exigir a entrega, a eliminação das distâncias que nos separam, sejam elas continentais ou apenas um mesmo travesseiro, sejam distâncias de cultura ou as distinções e indistinções de idade ou gênero, sejam elas consequências da invenção social ou da biologia. (MORRISON, 2017, p.61)

Essa entrega poderia ser o primeiro passo para se desvencilhar da diferença que valoriza a pessoa acadêmica como detentora de um exclusivo e notório saber. Seria um passo de ruptura com a relação de poder que essa diferença busca perpetuar. Sob o ponto de vista de Morrison (2017), o uso de diferentes linguagens (dizer, escutar, ler) pode incentivar a entrega e a eliminação das distâncias que nos separam. Portanto, é importante pensarmos na construção de outras epistemologias para além do falar do outro ou com o outro, assumindo um estar com o outro em processo.

Isso significa que, para ampliar os espaços de escuta, é necessário entender a fala não apenas como emissão de palavras, mas principalmente como o direito à existência (RIBEIRO, 2019) e o ato de ouvir como pertencer, em uma dialética entre ser ouvido e pertencer, não ser ouvido e não pertencer (KILOMBA, 2019). É desse processo que podem emergir narrativas que desloquem a centralidade branca, heteropatriarcal e eurocêntrica na direção de territorialidades constituídas por corpos e vozes que sustentam outros modos de existir e persistir na vida urbana.

É importante destacar aqui que esse posicionamento da escuta de vozes dissidentes e liminares - mulheres, negros, comunidade LGBTQIA+, etc. - não se faz a partir da romantização e fetichização do outro, como se esse outro estivesse isento de "reavaliação crítica, de decodificação, desconstrução e interpretação" como explica Haraway (1995, p. 23). Essa postura de escuta tem a ver com uma movênc

do pesquisador em relação ao relativismo, que pode ser tão perigoso como a totalização preconizada pelo saber científico heteropatriarcal. De acordo com a autora, "a alternativa ao relativismo são os saberes parciais, localizáveis, críticos, apoiados na possibilidade de redes de conexão, chamadas de solidariedade em política e de conversas partilhadas em epistemologia" (HARAWAY, 1995, p. 23).

Djamila Ribeiro (2019) diz que há urgência de promover a multiplicidade de vozes para que haja uma ruptura do discurso autorizado e hegemônico, uma vez que "ao ter como objetivo a diversidade de experiências, há a consequente quebra de uma visão *universal*" (2019, p.60). Kilomba (2019) destaca a importância de reconhecer esse local do qual falamos e que é preciso pensar uma epistemologia que desconstrua a ideia de que o discurso acadêmico é neutro e objetivo, posto que "(...) a teoria está sempre posicionada em algum lugar e é sempre escrita por alguém." (2019, p.58)

Para estarmos alinhadas às epistemologias feministas durante o processo de narração em territórios à margem da produção urbana dominante, a atenção, segundo Haraway (1995), deve estar na capacidade de compreensão das multiplicidades heterogêneas, moventes, sempre em construção, sabendo que estas falas e o próprio processo de troca entre sujeitos de diferentes saberes é imperfeito e inacabado. Para a autora, "a promessa de objetividade na investigação deve escapar da posição de identidade com o objeto, buscando a objetividade enquanto conexão parcial" (1995, p. 26).

3. Do devir-mulher ao corpo-território: um deslocamento do centro para a margem

Para compreender os processos de domínio e controle dos corpos e saberes das mulheres, os quais passam por processos de apagamento e silenciamento no espaço urbano e na sociedade, é preciso voltar alguns séculos na história. Silvia Federici (2017), em "O Calibã e a Bruxa" reconta o processo de transição do feudalismo para o capitalismo a partir de uma epistemologia feminista. Com o início dos cercamentos e com o processo de privatização das terras, que culminou no início da acumulação primitiva de capital e da luta de classes, foram redefinidas também, as tarefas produtivas e reprodutivas e as relações homem-mulher dentro da sociedade capitalista. Segundo a autora, houve também "uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora, em que as hierarquias construídas sobre gênero, assim como a "raça" e a idade, se tornaram constitutivas da dominação da classe e da formação do proletariado moderno" (FEDERICI, 2017, p.119).

A autora menciona que sua análise difere de Karl Marx, pois ele desconsidera as profundas transformações no trabalho produtivo e na posição social das mulheres. Como as atividades reprodutivas e de cuidado não são remuneradas, nem tampouco reconhecidas como um trabalho crucial para fazer acontecer o trabalho produtivo e a economia, o que Federici considera "uma derrota histórica para as mulheres". Com sua expulsão dos ofícios e desvalorização do trabalho reprodutivo, a pobreza feminilizada (FEDERICI, 2017, p.189).

A lógica de desvalorização das atividades domésticas, definidas pela divisão sexual do trabalho a partir de uma ordem patriarcal, culmina com os modos de espoliação da mulher, bem como a opressão e marginalização desses corpos femininos e racializados. A espoliação da mulher inicia no momento em que “se diferenciam não somente as tarefas que a mulher e os homens deveriam realizar como também suas experiências, suas vidas, sua relação com o capital e com outros setores da classe trabalhadora.” (FEDERICI, 2019, p. 232). Isso significa que a mulher foi apartada de sua relação com a terra, do acesso aos recursos comuns naturais, de sua liberdade laboral e das práticas coletivas.

Essa condição permanece até os dias atuais e com o agravamento das desigualdades durante a pandemia de Covid-19 ela acaba sendo acentuada. Em seu ensaio “Pandemia, Reprodução e Comuns”, Federici (2020) reflete sobre como o sofrimento e a sobrecarga que já afetavam as mulheres se ampliaram com a pandemia. Afinal, elas são a maioria que ocupa os postos de trabalho informal e precarizado, bem como aqueles voltados às atividades do cuidado (a famosa “linha de frente”), como assistência social e sanitária. Contudo, a autora destaca que não foi somente o trabalho produtivo que afetou o cotidiano das mulheres “Há ainda uma carga maior do trabalho em casa: cuidar dos filhos em tempo integral, não lhes transmitir medo, protegê-los dessa ameaça.” (FEDERICI, 2020).

Nossa narradora da comunidade do Campo da Tuca (Porto Alegre), durante o processo de escuta das ONP em agosto e setembro de 2020, colabora para elaboração de um pensamento crítico sobre o trabalho reprodutivo, ampliado e agravado pela pandemia do COVID-19, uma vez que as escolas permanecem fechadas e as mulheres não contam com esse turno de cuidado e educação das crianças para incorporar-se no trabalho produtivo.

Se eu for procurar, começar a procurar emprego, eu tenho assim comigo que eu consigo, mas eu tô assim numa situação de mãos atadas, eu tô com medo, uma insegurança, também não posso porque eu tenho dois filhos, eu vou deixá-los com quem? Não tem colégio, não tem creche, e por quê? Pandemia. (Narradora do Campo da Tuca, 2020)

Essa sobrecarga nas tarefas do cuidado aparece também no relato da narradora da Ocupação Zumbi dos Palmares, ao narrar a experiência de suas vizinhas na tentativa de proteger seus filhos do vírus.

As mães têm me relatado que os filhos ficam dentro de casa, elas têm consciência da gravidade do Covid-19. Eles ficam dentro de casa, eu faço um bolo, coloco um desenho na TV, eu converso, mas eles ficam dentro de casa. E como a maioria das casas são bem pequenas, é bem complicado de tu deixar as crianças dentro de casa, porque elas não querem. [...] a gente não tem pra onde escapar. As escolas estão liberando uma vez por semana, o responsável vai lá e retira algumas atividades impressas para fazer em casa.” (Narradora da Ocupação Zumbi dos Palmares, 2020)

Para Federici (2020), “(...) ‘Reprodução’ é uma palavra que ainda se refere a muitas realidades diferentes, mas conectadas. Reprodução é cuidado, educação, culinária, acompanhamento de doentes. E também o cuidado da natureza.” (FEDERICI, 2020). Ao mesmo tempo em que realizam diariamente o trabalho reprodutivo, essas mesmas mulheres se organizam e se situam em seus territórios para rasurar os processos de espoliação aos quais são submetidas. São elas que se organizam para barrar os mega-

projetos e empreendimentos que retiram seus direitos e degradam seus territórios; são elas que articulam ações comunitárias para garantir o acesso à alimentação, saúde e educação (FEDERICI, 2017; GAGO, 2020). Para Verónica Gago (2020), o movimento de se rebelar contra uma condição social e histórica convoca um devir-mulher, entendendo o devir como movimento e não como finalidade, ou seja, uma disposição de se manter em constante vigilância e ação para combater as formas de opressão que recaem sobre os corpos feminizados.

Esse movimento constituído de espoliação e resistência que se coletiviza nas comunidades à margem da produção urbana hegemônica e capitalista pode ser pensado também como corpo-território, por ser o corpo individual indissociável do corpo coletivo. Ter “corpo e território compactados como única palavra desliberaliza a noção do corpo como propriedade individual e específica uma continuidade política, produtiva e epistêmica do corpo *enquanto* território.” (GAGO, 2020, p.107). O que a autora propõe, alicerçada nas experiências e teorias feministas, é que o corpo-território vai de encontro à ação do heteropatriarcado e seus processos de espoliação, os quais são baseados na ideia de escassez, assim promovendo o desacato a esse sistema, através das lutas articuladas pelas mulheres desde e por seus territórios.

Durante as ONP, pudemos conhecer a vida das narradoras, suas práticas e lutas cotidianas em favor de infraestrutura e serviços em seus territórios. Partindo da questão da desigualdade digital experimentada territorialmente durante os meses de pandemia, as narrações se deslocaram para problemáticas mais profundas expondo traumas sociais, de classe, gênero e raça. O processo de reflexão coletiva das oficinas, em que nos reunimos virtualmente com mais de uma narradora ao mesmo tempo, dá densidade ao corpo-território como um grande enunciado, uma vez que a fala de uma era frequentemente completada por falas da outra em outro território. A escuta também se deu entre estes territórios liminares do ponto de vista das políticas públicas, convocando o devir-mulher como um tipo de reconhecimento de si mesma e da outra. Conhecer as práticas de resistência de territórios vizinhos fez com que avançássemos no entendimento do território-margem não somente como espaço da precariedade, mas de luta por justiça social, de empoderamento feminino, de emancipação social.

No debate sobre margem e centro, trazido por Kilomba (2019, p.67) a partir da visão de bell hooks, estar à margem pode ser entendido como fazer parte de um todo, mas estar separado daquilo que seria o corpo principal, isto é, deslocado do centro. Também pode ser entendido como o lugar que podemos ocupar e quem está autorizado ou não a permanecer em determinados espaços. A autora nos apresenta como é constante o sentimento de ser parte da cidade, mas não se sentir parte do que é entendido como cidade, pois essa cidade é compreendida por um centro, configurado por sua infraestrutura, sua forma regular e sua facilidade de acesso a serviços e direitos.

Para bell hooks, “em um contexto de marginalização, mulheres negras e homens negros desenvolvem uma maneira particular de ver a realidade: tanto ‘de fora para dentro’ quanto de ‘dentro

para fora' ” (apud KILOMBA, 2019, p. 67). A autora faz essa colocação por perceber que a necessidade de atenção sobre o centro e a margem é constante para as pessoas negras, pois suas sobrevivências dependem desse entendimento. Respeitando o fato de que a sobreposição do marcador raça traz nuances específicas para esse entendimento entre centro e margem, podemos estender essa reflexão para mulheres e homens que moram à margem da cidade entendida como formal, uma vez que sua sobrevivência depende de um centro, ao mesmo tempo que seu viver se dá em um território que é negligenciado pelo Estado.

A reflexão sobre as fragilizações da condição urbana nos territórios entendidos como margem, marcados pela ausência de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos, faz emergir o protagonismo das mulheres nas mobilizações sociais, o que segundo Gonzalez (2011), ocorre em função de sua preocupação com a sobrevivência familiar. As mulheres buscam se organizar coletivamente frente à negligência poder público em relação a esses territórios, estabelecendo uma relação entre o trabalho reprodutivo doméstico, percepção da precariedade comunitária e a necessidade de articulação.

A narradora da Vila Liberdade, problematiza a precarização da infraestrutura e seus efeitos psicossociais, sobretudo para as mulheres. Entre claro e escuro, entre público e privado, nos interpela sobre o esquecimento e a omissão por parte do Estado que não está prestando um serviço público essencial. Sobre o medo da violência e da violação do corpo na escuridão que acaba resultando no confinamento ao espaço doméstico.

E luz... bom né gente, nem me fala, porque eu sou uma pessoa muito revoltada com a luz das comunidades. Eu fui vítima de um incêndio por fios elétricos, né? Eu fui vítima de um incêndio, há dois anos atrás, então assim, a gente tem uma dificuldade assim, de luz, bem grande, sabe? Para vocês terem uma noção, ó, eu tô na luz né? agora vou sair na frente do meu portão aonde eu moro, entendeu? Eu dei três passos pra fora do meu portão e acontece isso: tá completamente escuro, escuro, escuro. [mostra a diferença entre a luz dentro de casa e fora de casa] Não tem luz nos postes, nós temos aqui dois postes, mas não tem luz. Então essa é a realidade da escuridão. O que que tu faz? Tu tem até medo de sair, eu tenho até medo de sair essa hora, né? Não sei se não tem alguém num canto armado, sei lá, ou alguma coisa. Então tu fecha o teu portão, fica ali dentro na tua casa, no teu quadradinho. (Narradora da Vila Liberdade, 2020)

A ausência do fornecimento de água encanada nas comunidades também afeta diretamente a vida das mulheres, uma vez que a água está diretamente ligada às tarefas do cuidado e ao espaço doméstico, como lavar louça, roupas, cozinhar, além de viabilizar a higiene pessoal da família. Ademais, “(...) as mulheres são mais afetadas que os homens quando estes serviços não estão disponíveis porque são elas que dedicam mais tempo às tarefas domésticas, mesmo quando trabalham fora de casa.” (ROLNIK et al., 2011, p.14).

(...) A água aqui também, daí chega o verão aqui, chega o verão, tá toda hora faltando, mas aqui no morro eu onde moro, tem lugares que não tem água, que a água não sobe, né? Não tem água. Tem lugares aqui perto, aqui no morro, tipo subindo lá que tem o Colégio Morro da Cruz, passando, não sobe a água. Tem bastante gente reclamando que não sobe a água. E a luz lá é bem fraquinha (...). (Narradora do Morro da Cruz, 2020)

É gente, a gente também não tem essa coleta de lixo aí, hmm, não entra dentro da comunidade o caminhão do lixo. A gente fez, hmm, eu né, como coordenadora e líder comunitária, a gente fez duas lixeiras, uma na frente que dá pra Frederico Mendes e uma nos fundos que dá pra Voluntários da Pátria. E é só nesses locais que o caminhão passa, dentro da comunidade o caminhão não entra. E a gente tem essa certa dificuldade pra tudo: a nossa luz é gato, porque a gente não tem uma regularização, a água é a mesma coisa (...) (Narradora da Ocupação Zumbi dos Palmares, 2020)

Nesses relatos fica explícito o paradoxo da margem como espaço-tempo constituído de precariedade e vulnerabilidade, ao mesmo tempo em que se reveste de luta e articulação para alcançar a sobrevivência da comunidade. A margem desafia a autoridade colonial e hegemônica do centro, nutrindo a capacidade de resistência e de transformação, bem como de vislumbrar novos mundos e trazer novos discursos (KILOMBA, 2019). Essas margens que abrigam experiências diversas daquelas que se reproduzem na cidade atendida e normatizada pelo Estado prefiguram um tipo de organização e mobilização comunitária através da luta cotidiana. Essa luta é teorizada também nessas narrações, nas quais fica evidente um modo de fazer mundo para manter a vida ao invés de capitalizá-la.

Para Gago (2020), viver e poder existir estão atrelados a esses modos de sobrevivência e a pensar no coletivo, "A vida tem um significado vital: envolve a defesa e o cuidado com o comum, e produção e ampliação de riqueza compartilhada." (GAGO, 2020, p.109). De modo que, tal qual a margem, o corpo-território não deve ser visto apenas como símbolo de opressão e violação, mas também como um campo de luta para subverter as lógicas de propriedade e individualidade, impostas pelos sistemas capitalista e patriarcal. A narradora do Morro da Cruz traz em sua fala uma posição de abertura à vida em comum. Desde suas possibilidades individuais ela se posiciona consciente e em favor das práticas de cuidado, prefigurando modos de existir em comunidade que escapam do modelo de cidade marcado pela espoliação dos recursos e da própria vida. Esse modo de viver tensiona a lógica do capital, uma vez que o sujeito não mede o que tem para partilhar, e sim, decide-se pela partilha em função da necessidade do outro.

Eu assim gente, vejo gente mesmo precisando, eu tiro de mim pra dar aquela pessoa. Eu sei que ela tá precisando mais que eu. Tem uma vizinha minha que tem bastante filho, às vezes eu ajudo ela, que eu sei que ela tá precisando, ela precisa mais do que eu. Por que eu não vou dar um pão? Não vou dar um prato de comida? Isso não vai me fazer falta. (Narradora do Morro da Cruz, 2020)

A construção de redes comunitárias de solidariedade e de cuidado pode ser caracterizada como ferramenta de luta para a ampliação do corpo-território: "As mulheres também comandam o esforço de coletivizar o trabalho reprodutivo como uma maneira de economizar no custo da reprodução e de proteger umas às outras da pobreza, da violência de Estado e da violência dos homens." (FEDERICI, 2019, p. 315). Essa afirmativa fica evidente quando escutamos as narradoras sobre situações cotidianas nas quais a ética do cuidado aparece como sustentação da vida comunitária:

Quando não tem daí, quando minha internet às vezes, também tá, tá muito devagar ou fraca, Daí a gente se une e daí eu desço lá embaixo e pego pra elas 'ó, hoje eu peguei pra vocês os

temas das crianças.' Porque tem mãe que não pode ir, né? Não tem condições de descer lá embaixo pra pegar o tema pras crianças fazer. Que tem mãe que tem criança pequena, tem mãe que tá grávida daí, ou mãe que não pode deixar a vó sozinha ou o vô. (Narradora do Morro da Cruz, 2020)

Tenho auxiliado da maneira que eu posso, tanto a Zumbi quanto outras comunidades que eu auxilio. Sábado agora eu vou estar na comunidade da Mari, com projeto levando as marmitas lá para o pessoal [...] E aí eu achei bem bacana levar para outras comunidades também, eu sempre faço assim, as pessoas que vem aqui na zumbi, eu sempre indico outras comunidades para que outras pessoas também tenham acesso...a gente tem que aprender a dividir as coisas que a gente tem, e entender que tem o próximo e que não é só pra gente, a gente tem que pensar no coletivo, e um coletivo também é a comunidade do lado, o teu vizinho, as pessoas que precisam também. [...] E a gente tá aí gente, a gente tá pra unir forças. (Narradora da Ocupação Zumbi dos Palmares, 2020).

Outro relato que reafirma essa presença feminina nas lutas pelo bem-estar comum é a fala da narradora do Morro da Cruz, ao ser questionada sobre as atividades comunitárias, ações de solidariedade e sobre o nível de participação de homens e mulheres. Ela esclarece que são as mulheres que estão à frente tanto das iniciativas, quanto da organização.

É... Quem participa mais mesmo é mais é mulher, é mais é mulher. (...) E a gente tava também, comentando, como tem mulheres que vai e faz força, né? Porque às vezes, o alimento é bastante (...) Dá pra ver que ali ó, é só mulher. É muito difícil um homem ir ali pra pegar um alimento, é muito difícil. Mas vai mais mesmo é mulher com criança. Homem assim muito difícil de ir. (Narradora do Morro da Cruz, 2020)

Nesses relatos há uma aproximação com o debate de Federici (2019, 2020) sobre a reconstrução dos comuns a partir de uma perspectiva feminista. Para a autora, "não há comuns sem comunidade" e é por meio da criação de novas estruturas, de novos laços de solidariedade e novas formas de reprodução que essas transformações acontecem: "Sempre inspirado no conceito de que a reprodução da vida, a finalidade da sociedade, deve ser o bem-estar, o bem viver — e não o lucro privado" (FEDERICI, 2020). Dentro dessa perspectiva, menciona algumas ações cotidianas possíveis para essas mudanças, como a coletivização do trabalho reprodutivo, a responsabilidade compartilhada e o trabalho cooperativo.

Na escuta das ONP, as narradoras nos oferecem evidências da margem como "espaço de resistência e possibilidade". (KILOMBA, 2019, p. 68). Longe de romantizar uma situação de opressão, como também é alertado por Grada Kilomba (2019), o que desejamos destacar é que a margem deve ser deslocada da ideia de oposição para compor uma ideia de intermediação. É um espaço de adição e não de exclusão. Pautar a configuração da cidade a partir dessas prefigurações da margem significa reconhecê-la como articulação entre injustiça e luta, como zona móvel nutrida de contradições.

Essa margem pode se apresentar como o que Rossana Tavares (2015) define como "espaços generificados de resistência", que é a possibilidade de resistir, se reinventar e confrontar as normas hegemônicas nos espaços urbanos. Desde a nossa posição de mulheres brancas acadêmicas e privilegiadas economicamente, reconhecemos que a necessidade vital de estar em contato com as mulheres atravessadas pelos marcadores de raça, classe, sexualidade, entre outros para constituir um

dizer-outra cidade alternativo ao sistema neoliberal e capitalista. As ONP promoveram esse encontro, uma vez que trouxeram à tona uma teoria urbana baseada na luta e experiência cotidiana dessas comunidades. E como nos explica bell hooks, “nenhuma teoria que não possa ser comunicada numa conversa cotidiana por ser usada para educar o público” (hooks, 2017, p. 90).

4. É possível configurar a cidade a partir do corpo-território?

O processo de escuta convocado durante as oficinas expõe as dobras de alguns territórios periféricos de Porto Alegre, nos quais a situação de precariedade e vulnerabilidade se acentuou durante a pandemia do Covid-19 em 2020. É nessas dobras que vislumbramos processos de singularização que ampliam ética e politicamente a condição paradoxal dos territórios entendidos como margens da cidade. A margem, tal qual o entendimento de hooks (1989, p. 149), passa a configurar-se como "espaço de abertura radical" que assume discursividades críticas sobre o mundo e o modo de habitá-lo. Nesse sentido, a insistência em outras prefigurações - relatos e práticas da experiência cotidiana das mulheres nestes territórios periféricos - traduz a margem como invenção, como capacidade de resistir e desafiar essa ordem que se naturalizou nas nossas cidades (KILOMBA, 2019).

Se nas dobras desse território-margem somos capazes de convocar a escuta abrindo prefigurações outras que advogam pela vida COM o outro, a vida em comunidade, refletimos se é possível pensar em configurações narrativas de cidade tal como o entende Ricoeur (2003). Resgatando sua analogia entre arquitetura e narratividade, ao pensar na configuração como tessitura da intriga composta de heterogêneos que deve tornar-se um todo coerente e inteligível, nos deparamos com a condição dissensual e contraditória que reside nas dobras desses territórios liminares que se enunciam como corpo-território.

Se assumirmos as prefigurações urbanas dissidentes da cidade patriarcalizada e racializada, compostas sobretudo por um devir-mulher em luta, temos que pensar para além da espiral de mimesis ricoueriana, abrindo-nos à dissonância e às contradições próprias da margem. A inteligibilidade narrativa da cidade normatizada, que corresponde à lógica individual da propriedade privada, deverá abrir-se à lógica do comum como composição de forças, corpos, trajetórias e memórias em permanente disputa. Deverá pensar-se como cidade movente, fragmentária, cuja materialidade escape dos mecanismos de poder que suplantam as narrativas liminares e dissidentes da cidade colonial, patriarcal e racializada.

Quando uma mulher fala, ela carrega histórias de outras tantas vozes escondidas, apagadas, sussurradas, omitidas. Vozes que se mantiveram nas brechas, sem uma escuta capaz de tecer configurações urbanas que estruturam seus desejos e demandas. Essa fala das mulheres, quando reconhecida e convocada, aceita e empoderada, a fala que advoga pelo comum, pelo compartilhamento dos recursos e pelo direito à existência, poderá ser entendida também como um *agenciamento coletivo*

de enunciação. Tal como nos explica Pelbart (2019, p. 160), "uma voz que carrega várias vozes menores, vários devires menores, vários povos, várias lutas - mulheres, negros, favelados, lésbicas, despossuídos, mas também mulheres empoderadas, devir-feminino da política, devir-negro do ativismo, devir-negro do mundo".

Visibilizar as narrativas femininas que resistem como devir-mulher diante dos processos de espoliação do comum reposiciona os estudos urbanos na perspectiva do reconhecimento da dissonância, transgredindo os processos constitutivos do projeto e planejamento das cidades enquanto configuração modelada pela narrativa universalizante que vem sistematicamente apagando a diferença e a multiplicidade. E é a partir dessa dissonância que talvez seja possível assumir o corpo-território como horizonte para criação de cidades que acolham a vida em todas as suas manifestações.

Referências

- ARFUCH, L. **La vida narrada. Memoria, subjetividad y política**. Buenos Aires: Poliedros – Zona de Crítica, 2018.
- FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- _____. **O Ponto Zero da Revolução: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.
- _____. Pandemia, Reprodução e comuns. **Revista Ihu On-Line** Abr. 2020. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/598501-pandemia-reproducao-e-comuns>> Acesso em: Novembro, 2020.
- GAGO, V. **A Potência Feminista ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Elefante, 2020.
- GONZALEZ, L. Por um feminismo Afro-latino-americano. **Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino** - Batalha de Ideias, Brasil: n. 1, 2011, p. 12-20. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf Acesso em: 10 setembro 2020.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 20 dez. 2020.
- HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2017.
- KILOMBA, G. **Memórias de plantação** - Episódios do racismo cotidiano. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MORRISON, T. **A Origem dos Outros: Seis ensaios sobre racismo e literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- MUÑOZ, F. **Urbalización: paisajes comunes, lugares globales**. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 2008.
- Narradora do Campo da Tuca. Depoimento [ago-set 2020]. Entrevistador: Autoria. [S.n.] Porto Alegre, 2020. 5 arquivos .mp4 (6h34min). Entrevista concedida para **Oficina de Narrativas Populares**, 2020.
- Narradora do Morro da Cruz. Depoimento [ago-set 2020]. Entrevistador: Autoria. [S.n.] Porto Alegre, 2020. 5 arquivos .mp4 (6h34min). Entrevista concedida para **Oficina de Narrativas Populares**, 2020.
- Narradora da Ocupação Zumbi dos Palmares. Depoimento [ago-set 2020]. Entrevistador: Autoria. [S.n.] Porto Alegre, 2020. 5 arquivos .mp4 (6h34min). Entrevista concedida para **Oficina de Narrativas Populares**, 2020.
- Narradora da Vila Liberdade. Depoimento [ago-set 2020]. Entrevistador: Autoria. [S.n.] Porto Alegre, 2020. 5 arquivos .mp4 (6h34min). Entrevista concedida para **Oficina de Narrativas Populares**, 2020.
- PELBART, P. P. **Ensaio do assombro: biopolítica, necropolítica e subjetividade**. São Paulo: N - 1 Edições, 2019.

REYES, P.; CARON, D.; CIDADE, D. Narrar por projetos: o projeto narra. In: JACQUES, P. B.; PEREIRA, M. S.; CERASOLI, J. F. (Orgs.). **Nebulosas do pensamento urbanístico**: Tomo III - Modos de narrar. Salvador: EDUFBA, 2020. p. 254-271.

RIBEIRO, D. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

RICOEUR, P. Arquitectura y narratividad. In: Muntañola, J. (Org.). **Arquitectonics: Arquitectura y hermenéutica**. Barcelona: Edicions UPC, 2003. p. 9-29.

ROLNIK, R. et al. **Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?** Relatoria Especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada. Paulo: 2011.

ROLNIK, R. Paisagens para a renda, paisagens para a vida. **Revista Indisciplinar**, Belo Horizonte, v.5, n. 1, jul-out 2019. p. 18-45.

ROLNIK, S. **Esferas da insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: n-1 edições, 2018.

TAVARES, R. B. **Indiferença à diferença**: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero. Tese (Doutorado em urbanismo). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015. 229p.